

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente)- Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Discorre sobre a educação infantil, um setor que representa uma economia de mais R\$ 10 bilhões/ano aos cofres públicos catarinenses. Também ressalta que o setor representa 40 mil empregos, a maioria mulheres, e atende aproximadamente 500 mil alunos.

Apresenta material com dados sobre o custo da educação infantil por aluno para o Estado.

Ressalta que, no ensino público, os pais não estão preocupados em pagar a mensalidade dos alunos porque já está incluída nos impostos, e no ensino privado o custo é mantido pelas mensalidades pagas pelos pais.

Faz menção ao decreto do Governador, do dia 17 de março, determinando o fechamento de estabelecimentos comerciais e educacionais, completando até a presente data 146 dias com as escolas fechadas, mas alugueis e impostos precisam ser pagos, situação esta que ocasionou o cancelamento de 45% das matrículas. Destaca que 95% das escolas terão que recorrer a créditos bancários com juros, pois não há uma linha de crédito para esta atividade com juros subsidiados. Esta situação faz com que as escolas não consigam manter os custos, tendo que fechar definitivamente.

Seguindo o seu relato, manifesta preocupação com a paralisação de creches, berçário e maternal, locais adequados para abrigarem os filhos pequenos dos trabalhadores, contrapondo-se à oferta de estabelecimentos clandestinos surgidos para acolher crianças no período da pandemia, e ilustra sua argumentação por meio de *slides*.

Apresenta denúncias e anúncios de creches clandestinas, inseguras em muitos aspectos, que estão cobrando até R\$ 500 por mês para cuidar das crianças, e indaga qual o motivo dos estabelecimentos escolares não poderem funcionar com os cuidados e protocolos de segurança, oferecendo aos pais a decisão de levar ou não os seus filhos. Além desta situação, cita também que alguns hotéis estão disponibilizando atividades às crianças, como alternativa para a falta de hóspedes, situação esta que considera incompreensível frente às medidas impostas às escolas.

Finaliza, pedindo veemente apoio governamental às escolas particulares, creches, maternal e berçário, com negociações, para que elas possam voltar a atender e os pais tenham onde deixar os seus filhos em segurança. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Relata que o local onde funcionava a Base Área do Corpo de Bombeiros, no bairro Saco dos Limões, em Florianópolis, foi considerado insalubre, recebendo notificação para desocupar o terreno, que está ocupado atualmente pelo Samu, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, ilustrando os fatos em vídeo.

Enfatiza a gravidade da situação pela omissão da Vigilância Sanitária que esteve no local, em maio, e diz que desconhece se a mesma fez comunicado ou não. Afirma que é necessário esclarecer a situação, através de pedidos de informação e outros procedimentos legais para elucidar o motivo pelo qual a Vigilância Sanitária não comunicou os acontecimentos ao Secretário de Segurança Pública. Diz também que dará encaminhamento sobre a revisão contratual, defendendo o processo seletivo, por meio de licitação, para oferecer atendimento apropriado.

Outrossim, cita que a empresa que administra o Samu de Santa Catarina está com problemas no Rio de Janeiro, por incapacidade técnica e superfaturamento no contrato emergencial. Além disso, afirma que recebeu várias queixas de irregularidades, como lixo contaminado acumulado, descartado irregularmente, entre outras.

Deputado Bruno Souza (Aparteante) - Parabeniza o deputado por trazer relevante tema sobre a situação do Samu, negligenciada pela Vigilância Sanitária. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Ressalta que a democracia tem raízes profundas, de estrutura na Grécia antiga, quando era direta, com apenas alguns cidadãos votando e grande parte excluída do processo. Assim, não era plena.

Cita que hoje o sistema é representativo, com raízes na democracia direta, via plebiscito, referendo e iniciativa popular. Em alguns países, como Estados Unidos, existe um instituto chamado *recall*, que é revogatório de mandato.

Entende e acredita que em relação a esse processo de cassação do governador Carlos Moisés e

outros que são protocolados não só neste governo, mas nos governos anteriores também o foram, igualmente no Governo Federal, a lei possibilita que o cidadão faça a juntada de uma peça, de documentos, e o Poder Legislativo, que tem a representatividade do povo, decide.

Argumenta que, quando se trata de um mandato, onde a população delega poder para um representante, seja no Poder Legislativo ou Executivo, quem tem o direito de retirá-lo é o povo.

Acredita que seria importante uma atualização, buscando institutos como o Revogatório de Mandato, onde a Casa faz todos os procedimentos, mas quem vai homologar, ou não, a cassação da pessoa que foi eleita é a população que o escolheu. Defende uma mudança na Constituição do Estado para incluir o chamado Revogatório de Mandato.

Concluindo, afirma que a Casa é importantíssima para todos os procedimentos, e as questões criminais, do direito administrativo ou do direito civil se discute no foro adequado e têm a sua penalidade de acordo com os entendimentos das leis. Mas, quanto à cassação de uma pessoa eleita quem deve fazer é a população, dando o voto em relação, por exemplo, a um referendo ou a um plebiscito que ocorre anteriormente, para que as pessoas possam ter mais respaldo.

Ratifica que esta é a sua tese, que defende no Parlamento catarinense, entendendo a importância da atuação do povo para que possam realmente fazer valer o direito, porque muitas vezes as emoções e os sentimentos vão além de questões racionais dentro de um processo tão importante. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Menciona que participou de reunião com o Governador, pela manhã, juntamente com o Deputado Coronel Mocellin, para discutir as condições legais de um problema dos servidores da Segurança Pública, que se arrasta por longos anos, a Iresa. Coloca que os policiais civis, tanto quanto os militares, têm

tido prejuízo direto na sua aposentadoria pela falta de incorporação desse valor.

Relata que, por conta da legislação federal, é vedado qualquer tipo de alteração que enseje novas despesas, pelo menos até setembro. Ressalta que é uma matéria que não está pronta para ser aprovada agora, porém é uma discussão que precisa ser feita, e que a mesma não trará mais ônus para o Estado.

Aborda, ainda, a questão das escolas privadas de educação infantil, em torno de 800, que atendem crianças suprimindo uma lacuna deixada pelo poder público. Num município em que há uma escola privada, ela absorve parte dessa demanda que o estado não consegue, e são estabelecimentos que estão hoje fechados, que não encontraram uma linha de crédito, junto ao Governo Federal ou Estadual, para fazer frente às suas despesas. Acrescenta que o governo federal criou o Pronampe, que muitas escolas aderiram, mas finda agora.

Lembra, ainda, que a Fecam está fazendo uma discussão com a Undime, no sentido de encontrar equilíbrio para o retorno gradativo das aulas. Entretanto, no momento a curva da pandemia está ascendente no Estado.

Concorda que as atividades pública e privada, na educação infantil, têm que ter tratamento distinto, e não é possível esquecer da autonomia dos prefeitos na questão, entretanto haverá uma demora para que os pais se sintam seguros com o retorno às aulas.

Alerta que é necessário buscar uma alternativa de socorro financeiro para as escolas, porque se elas quebrarem, ficará seriamente prejudicado o atendimento às crianças no próximo ano, pois o serviço público não absorve toda demanda.

Quanto à questão do Samu, afirma que vai buscar soluções e providências junto à Secretaria da Saúde, e promete trazer retorno em breve.

Comenta, ainda, a questão do *impeachment*, repercutindo a matéria que saiu na capa do NSC: "Empresários pedem retirada de seus nomes do pedido de *impeachment* de Moisés e Daniela."

Questiona como um grupo de pessoas põe o nome de dois cidadãos catarinenses na subscrição de uma peça da qual eles nem sabiam. Diz, ainda, que não está contestando os méritos do documento, porque desconhece, mas diz que a ansiedade de buscar atos condenatórios para o Governo, sem merecimento, tem resultado em atitudes precipitadas em discordância com a responsabilidade necessária neste momento. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Cita as palavras de Roberto Campos, afirmando que o Brasil não perde uma oportunidade de perder uma oportunidade. Afirma que no Brasil se investe naquilo que deu errado em todo o mundo, porque só aqui se acha normal ter 698 estatais.

Ressalta que não podemos achar isso normal e que é preciso se comparar com o mundo. Exemplifica um país como o México, com tem índices parecidos com o Brasil, e lá tem 78 estatais. Cita ainda números da Argentina, com 41; e Colômbia, com 34, entre outros. Volta-se a outros países, como o Japão, que tem oito estatais, e Austrália, com as dimensões proporcionais ao Brasil, também tem apenas oito estatais.

Cita as palavras do ex-Secretário de Desestatização, Salim Mattar, afirmando que é impossível mudar porque "o *establishment* não deixa", pois existem os sindicatos e aqueles que se servem do governo. O Deputado ressalta que, infelizmente, o estado existe não para servir as pessoas, mas para que pessoas se sirvam do estado. Desta forma, as privatizações não avançam. Fala da demora e burocracia que existe para privatizar no país, e que o modelo é feito para que se continue investindo naquilo que dá errado, considerando, ainda, que a salvação do país está no seu povo empreendedor.

Lamenta a saída de Salim Mattar do Governo, que é uma perda para o Brasil inteiro, bem como de Paulo Uebel.

Diz se orgulhar do estado catarinense, que é diferenciado pelo seu povo, pela sua história e

pela sua pluraridade, apesar dos problemas com a burocracia também aqui. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PP

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (Orador) - Comenta sobre o projeto de concessão da BR 101, tanto do lado norte quanto do sul.

Afirma que foi surpreendido pela ANTT, que deveria se preocupar em proteger o cidadão e a sociedade, entretanto, aqui em Santa Catarina o que acontece é uma vergonha, pois ela protege a concessionária. Chama o contorno viário da Grande Florianópolis de mega novela, lembrando que a entrega da obra ficou para 2023.

Diz que, às vezes, a iniciativa privada não funciona como deveria, e essa concessão do trecho norte da BR-101 é um grande exemplo disso. Cita que a mudança do traçado viário vai custar quase um bilhão de reais, com a necessidade de construção de quase meia dúzia de túneis até 2023.

Afirma que tudo é questão de falta de planejamento, mas principalmente a grande responsável por essa ação descoordenada, com falta de fiscalização e aceitando passivamente a situação, é a ANTT.

Também relata que a Arteris - Litoral Sul vem descumprindo as suas obrigações contratuais, a obra se arrasta há muitos anos, e nos últimos dias queria ser contemplada com um aumento de 44% no valor do pedágio.

Demonstra insatisfação com tal ação mesmo em meio à pandemia e lembra que, felizmente, o Poder Judiciário conseguiu barrar esse aumento. Mas, mesmo assim, a ANTT ainda conseguiu dar um aumento de 11% na tarifa, quando era proibido aumentar, porque ela não está cumprindo a sua parte no contrato.

Teme que essas morosidades, a falta de fiscalização e a facilidade por parte da agência se repita também, agora, com a concessão do trecho sul da BR-101. Outrossim, diz que há falta de diálogo, porque não houve o entendimento sobre as quatro praças de pedágio na região, fazendo com que a cada 50km exista uma praça de pedágio, muitas delas em regiões desfavorecidas economicamente.

Chama a atenção dos Parlamentares e demais autoridades sobre a importância de fiscalizar o contrato do trecho sul para que não se repita aquilo que vem acontecendo com o trecho norte, deixando a população desassistida. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Corrobora as palavras do Deputado José Milton sobre a ANTT, que pega leve com as concessionárias, que ficam acumulando atrasos.

Deixa o registro da reunião, no dia anterior, com o Secretário da Fazenda, Paulo Eli, para tratar da Nota Fiscal Eletrônica, que atrasa, incomoda e custa, e o também infame ECF-Emissor de Cupom Fiscal, que só existe em Santa Catarina.

Relata que se reuniu com a iniciativa privada para tentar eliminar esse ECF e partir para a modernidade, juntando-se aos demais estados na questão da nota fiscal eletrônica.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) - Concorde com a fala do Deputado com relação às privatizações, pois o Brasil tem que deixar de ser o país mais estatizante do mundo. Ainda, mais, concorda que é uma vergonha o que acontece na Grande Florianópolis, com o atraso, de oito anos, do contorno viário, e com o aumento de 44,44% concedido pela ANTT, que só não está valendo porque houve intervenção do TCU. *[Taquiografia: Sara]*

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Comenta que ninguém consegue mensurar qual a data do pós-

pandemia, situação que está gerando uma grande crise econômica no Estado e no País.

Cita a importância das linhas de crédito para amenizar a crise, e fala do esforço do BRDE para atender, principalmente com capital de giro, as micros e pequenas empresas. Explica que, no início da pandemia, teve um aporte de R\$ 100 milhões, que fez com que algumas empresas se segurassem no mercado, mas não foi para todos, sendo que ainda há alguns recursos em aberto. Também foram repactuadas algumas dívidas, de aproximadamente 40 grandes empresas.

Outrossim, diz que ninguém sabe sobre o pós-pandemia, que pode virar o ano, por isso considera importante pensar no agora, no que está acontecendo, pois as pessoas estão sofrendo neste momento.

Neste sentido, informa que teve uma boa notícia do BRDE, que liberou o investimento de meio bilhão de reais para diversas áreas, auxiliando o cidadão catarinense. Fala de Joinville, com 34 mil desempregados, famílias em grande dificuldade, necessitando do auxílio emergencial federal que não vai durar para sempre.

Alerta sobre a importância do fomento, que é o ato de apoiar e desenvolver, pois é isso que o catarinense precisa, e apela ao BRDE que dê celeridade aos processos para que seja possível voltar a gerar emprego e renda.

Acredita que, no próximo ano, ainda teremos colapsos na saúde, na educação, com o fechamento das escolas privadas enviando crianças para a escola pública, e também o colapso econômico, que já está acontecendo e vai se agravar.

Ressalta que não é mais possível ficar travado na burocracia, é preciso acelerar os processos para conseguir atender as pessoas que necessitam.
[Taquiografia: Guilherme]

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Comenta a fala anterior do Deputado Fernando Krelling sobre linhas de crédito para empreendedores durante e após pandemia, e diz que juntaria, no

BRDE, o Badesc, por possuir um enorme capital acionário em Santa Catarina.

Discorre sobre a importância do Poder Executivo em priorizar, junto com a Assembleia Legislativa, os demais poderes e a sociedade catarinense, um projeto de retomada efetiva da economia. Cita a importância do Pró-Emprego e Prodec - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, e acrescenta a necessidade da participação efetiva da Celesc. Também fala da necessidade de organizar os projetos de Infraestrutura e licenças ambientais pendentes que serviriam para alavancar os empreendimentos no Estado. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO JERRY COMPER (Orador) - Relata que, no último dia 31 de agosto, no município de Presidente Getúlio, ocorreu um incêndio em um centro comercial, que destruiu por completo a estrutura.

Agradece o diretor do BRDE, Vladimir Arthur Fey, e o diretor-presidente do Badesc, Eduardo Alexandre Corrêa de Machado, que foram ao local do incêndio para prestar apoio aos cidadãos atingidos. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Comenta o extraordinário trabalho desempenhado por Jorginho Mello, eleito Melhor Senador do Brasil no ano de 2019. Destaca atuação do Parlamentar em defesa da população catarinense, em especial ao pequeno e médio empreendedor do Estado.

Cita o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) como o maior avanço que já se construiu no País em defesa dos empreendedores. Diz que o Senador tem aproveitado sua proximidade com Jair Bolsonaro para expor as necessidades de Santa Catarina ao Presidente, o qual visitará o estado novamente para conhecer as obras da BR-470 a convite de Jorginho Mello.

Conclui, enaltecendo o trabalho do Senador no Congresso Federal, que colocou seu gabinete à disposição dos menos favorecidos e exerce seu mandato de maneira impecável, contando inclusive com o apoio do Presidente da República. Cita a relevância de Jorginho para o PL, partido que se mantém em constante crescimento no Estado de Santa Catarina. *[Taquiografia: Roberto]*

Partido: PT

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Informa que, no dia 13 de agosto, a Celesc reunirá seu conselho diretor e aprovará investimento de R\$170 milhões para a troca da energia no campo, de monofásico para trifásico. Lembra que esta é uma reivindicação antiga dos agricultores, que estão precisando melhorar suas propriedades, mas não possuem eficiência energética para isso. Diz que se o investimento for realizado, Santa Catarina dará largos passos dentro do setor agropecuário.

Registra reunião com a ministra Damares Alves, organizada pelo Deputado Celso Maldaner. Conta que foi discutida a situação das crianças com AME, bem como as necessidades de regulamentação do Zolgensma, do Spinraza, e do credenciamento de um hospital no oeste para atender esses pacientes. Menciona que a Ministra, solidarizada com o caso, propôs a criação de um grupo emergencial para tratar das doenças raras no Brasil.

Expõe que, ao sair de uma missa na Catedral em Florianópolis, se deparou com um grupo de voluntários fornecendo marmitas aos moradores de rua. Enaltece a ação de solidariedade e cita as vítimas vivas da pandemia da Covid-19, representada por pessoas que, devido às dificuldades, passaram a dormir nas ruas. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspende a sessão até 16h, horário reservado à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Registra a presença do Dr. Marcos Carvalho, destacando seu trabalho junto aos Ministérios, ao Presidente Jair Bolsonaro, bem como junto à Ministra Damares Alves.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá boas-vindas ao Dr. Marcos Carvalho em visita à Assembleia Legislativa e ao Estado de Santa Catarina, e faz referência a sua raiz profissional na cidade de Taió, no Alto Vale.

Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação, em bloco, das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0011/2020, 0140/2020, 0207/2020 e 0221/2020.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

A Presidência informa que há um requerimento para colocar em pauta o PL n. 0256/2020, de origem governamental, que tramita em regime de urgência, que autoriza cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste.

A Presidência defere o requerimento.

E há, também, o requerimento no sentido de votar o PL n. 0262/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que altera a Lei n. 17.875, que estima receita e fixa despesa do Estado de Santa Catarina.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n.0256/2020, de autoria governamental, que autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de São Lourenço do Oeste.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0262/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira, altera a Lei nº 17.875, de 2019, que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020, e adota outras providências".

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Bruno Souza - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com palavra, pela ordem, o sr. Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Sr. Presidente, eu apenas queria consignar o meu voto contrário ao PL n. 0262/2020.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Fica consignado o voto contrário do Deputado Bruno Souza.

Deputado Coronel Mocellin - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Coronel Mocellin.

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Manifesta sua preocupação em relação às obras serem concluídas e já homologado o recebimento dessa obra para poder fazer destino para outra finalidade. E a outra preocupação é com o percentual para educação, saúde e outras finalidades. Se é destinado um percentual para a educação, por exemplo, e depois sobra daquela obra para a educação ou para a saúde, e ela for para outra finalidade, pode não atingir o percentual mínimo exigido pela lei. São

essas as preocupações, mas diz ser favorável ao projeto.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Sugere, a fim de não atrasar a votação dos projetos, que depois se faça as modificações necessárias, ou aditivá-lo através de uma emenda, num segundo momento.

Deputado Milton Hobus - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Milton Hobus.

DEPUTADO MILTON HOBUS - Esclarece que o objetivo do PL n. 262/2020 é dar segurança jurídica para os gestores públicos municipais. Menciona, por exemplo, fez uma licitação na área de educação e sobrou dinheiro, ele vai ter que continuar investindo na área da educação, menos em folha de pagamento ou pagamento de dívida. Tem que investir no objeto que foi a emenda do Parlamentar. Esse é o intuito do PL para dar segurança jurídica com a sobra que, eventualmente, sobrar de alguma licitação para alguma emenda pontual que foi feita. Acredita que a dúvida do Deputado Coronel Mocellin procede, mas o próprio projeto prevê isso.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A matéria já foi votada em turno único e, para que não atrase, de modo especial, o Projeto de Lei n. 256/2020, a sessão será encerrada.

Neste momento, a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h12, para votação da redação final das matérias aprovadas, e dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. *[Transcrição: Taquígrafa Sílvia] [Revisão: Taquígrafa Sara]*